

Recursos e contrarrazões

04.233.577/0001-02	SUPREMA TECNOLOGIA ANALITICA LTDA	Recurso: cadastrado	
Intenção de recurso			
Intenção de recurso do julgamento de propostas registrada às 16:50 de 11/02/2025			
Intenção de recurso da habilitação de propostas registrada às 16:52 de 11/02/2025			
Recurso			
RECURSOS E DOCUMENTOS.pdf		13/02/2025 16:00:17	
Contrarrazões			
36.748.298/0001-60	MESQUITA AMBIENTAL LTDA	Contrarrazão registrada	

Decisão do pregoeiro

Nome	Decisão tomada	Data decisão
NOME	procede	12/03/2025 17:07
Fundamentação		
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS EM: 12/01/2025 ASSUNTO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIÇO DE COLETA E ANÁLISE QUÍMICA E MICROBIOLÓGICA DA ÁGUA COM SERVIÇO DE CLORAÇÃO DIÁRIA PROCESSO: 024.00179405/2024-78 Trata-se de procedimento licitatório instaurado para A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIÇO DE COLETA E ANÁLISE QUÍMICA E MICROBIOLÓGICA DA ÁGUA COM SERVIÇO DE CLORAÇÃO DIÁRIA na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90005/2025. "O ato convocatório é norma fundamental da licitação, cujo objetivo é determinar o "objeto da licitação", discriminar os direitos e obrigações dos intervenientes e o poder público e disciplinar o procedimento adequado ao estudo e julgamento das propostas. Frisa-se aqui o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tratando-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraído do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação. Segundo Lucas Rocha Furtado, o instrumento convocatório "é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416)" Houve, ao analisar a documentação extraída do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, um equívoco, já que na listagem das ocorrências, houve o entendimento que se tratava de 03 (três) sanções, e após uma análise mais apurada, verificamos que se tratava de sanções distintas: a do TCU - Prefeitura de Uberlândia, Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira-SP e no TCE-SP consta um relatório de 02 (duas) sanções Serviço Autônomo de Água e Esgoto e Prefeitura Municipal de Jardinópolis - https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico/#/publicas/impedimento. Portanto, inclui-se a situação nas sanções que se restringe apenas a esfera do órgão sancionador, qual seja o município em comento. Em relação a documentação apresentada pela Empresa Mesquita está de acordo, tendo em vista que a mesma apresentou o protocolo de atualização da LTA, por conta da ampliação do laboratório e foi realizada toda verificação junto ao órgão sanitário através do processo SEI SS/SS02/SS02.14 À vista do que dos autos constam, especialmente da manifestação do Sr. Pregoeiro, que adoto e acolho, em todos os seus termos e fundamentos, DEFIRO parcialmente as alegações ofertadas no recursos administrativo interposto pelos licitantes SUPREMA TECNOLOGIA ANALÍTICA LTDA, tornando porém tornando inabilitada a Empresa MESQUITA AMBIENTAL LTDA para retomada da sessão na fase de julgamento das propostas. Assim decido a retomada da sessão de Pregão Eletrônico para o dia 20/03/2025 as 09h30. Publique-se, dando ciência aos interessados Após, retorne, se em termos. Dra. Aline Nogueira Vieira Diretor Técnico de Saúde III Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos		